



“CENTRALIDADE DA QUESTÃO ECOLÓGICA FACE A QUESTÃO AGRÁRIA E  
A REFORMA AGRÁRIA: RESPOSTAS CONTEMPORÂNEAS”



## APRESENTAÇÃO GERAL: PROBLEMA CENTRAL E RESPOSTAS TÉCNICO-POLÍTICAS

**Parte I**-Varredura conceitual e história da problemática ecológica, agrícola e agrária em questão;

**Parte II**-Respostas responsáveis de políticas agrícola e agrária na linha da transição ecológica.

PARTE I-EM QUE CONSISTE UMA  
QUESTÃO ECOLÓGICA GERAL E NO  
BRASIL EM PARTICULAR,SEGUNDO  
DIFERENTES ENFOQUES:

---

- a)-do problema físico geral dos 'clássicos' à respectiva recepção ético-política nacional;
- b)-a recepção ético-política da questão no Brasil no século XXI;
- c)-porque atualmente o espaço rural é fonte principal do problema físico e obstáculo às respostas políticas responsáveis.



**EXPANSÃO FÍSICA ACELERADA DE  
GRÃOS FORRAGEIROS E CARNES-  
IMPACTO DIRETO ÀS ÁREAS PRODUTIVAS  
COM GERAÇÃO SIMULTÂNEA DE  
MERCADO DE TERRAS  
SEM CONTROLE.**

**1-** Produção de grãos forrageiros (soja e milho) cresce aceleradamente entre 2006/2017 (114% e 112%), com decréscimo simultâneo de áreas de arroz e feijão;

**2-** Expansão das áreas produtivas é sobrepassada pela expansão do mercado de terras;



### 3-TABELA 1-UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS (2006 E 2017)

**Tabela 1 – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS  
(2006 E 2017)**  
(Milhões de hectares)

**Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2017 - Resultados Definitivos**

Tipologia	Anos		Incremento Físico	Incremento %
	2006	2017		
Lavouras	60,592	63,519	2,927	(+) 4,83
Pastagens	160,042	159,497	(-) 0,545	(-) 0,54
Matas	100,040	115,233	15,193	(+)15,18
Plantadas	4,734	8,659	3,924	(+) 83,0
Nativas	95,306	106,575	11,268	(+) 12,0
Outras UTIL.	9,267	11,984	2,717	(+)29,31
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>333,680</b>	<b>351,290</b>	<b>17,610</b>	<b>(+) 5,30</b>

**Tabela 2 – Ocupação da área territorial do Brasil (2006 e 2017) segundo categorias definidas (Milhões de Hectares e Percentuais)**

Categorias de Ocupação	2006		2017		Incremento(há)
	Área	%	Área	%	
<b>1-Estabelecimento</b>					
__Agropecuário(IBGE)	329,94	38,68	351,49	41,29	21,55 milhões
<b>2-Terras Indígenas</b>					
Demarcadas(Art. 231)	125,55	14,74	117,64	13,81	(-)7,91
<b>3-Unidades de</b>					
Conservação(Art.225)	72,10	8,47	151,90	17,84	(+)79,80 "
<b>4- Áreas co corpos</b>					
d'água	11,46	1,35	n. r.	n.r.	idem
<b>5- Área Urbanizada</b>	2,07	0,24	n.r.	n.r.	idem
<b>6- Sub-total para</b>					
Categorias definidas	541,11	63,55	634,56*	74,52*	(+)93,45
<b>7-Outras Ocupações</b>	308,51	36,23	216,93	25,48	(-)91,58
<b>8- Total- Brasil</b>	851,49	99,78	851,49	100,00	---

Fontes: a) IBGE – Censo Agropecuário de 2006 (Brasil e Grandes Unidades Regionais-, p. 100;

b) IBGE – Censo Agropecuário de 2017 (Brasil – Resultados Definitivos) – p.61

( \* ) os dados de 2017 de somatório das categorias definidas consideraram as 'áreas com corpos d'água' e 'áreas urbanizadas' de 2006 no total das categorias definidas de 2017, suprimindo a lacuna de informação dessas referidas áreas no Censo de 2017.



EXPANSÃO AUTÔNOMA DO MERCADO DE TERRAS É  
COMANDADA POR PROCESSOS CLANDESTINOS-  
GRILAGEM, 'INTRUSÃO' E DEGRADAÇÃO DE  
ÁREAS FLORESTAIS.



DINÂMICA DO SETOR PRIMÁRIO PARA  
ATENDER ESPECIALIZAÇÃO EXTERNA  
EM 'COMMODITIES' IMPELE  
SUPEREXPLORAÇÃO ATUAL

---

i)-exportações totais brasileiras, impelidas pelo setor primário crescem 550% entre 2000/2023 (8,5% em média anual);

ii)-impacto territorial principal é sobre o mercado de terras sem controle, secundado por uso de tecnologia inadequada;

iii)-políticas agrícola e fundiárias de Estado são peças cruciais desse processo.

# RESPOSTAS RESPONSÁVEIS DE POLÍTICA AGRÍCOLA E AGRÁRIA NA LINHA DE TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

**1-**Necessidade primária da informação fundiária tendo em vista a localização geográfica e gestão dos regimes fundiários constitucionais;

**2-**Zoneamento Agro-hidro-ecológico em duas etapas: Retrospectivo e Prescritivo;

**3-**Inovações à Reforma Agrária com transição ecológica explícita.



# OBJETIVOS E MÉTODO DO ZONEAMENTO PRESCRITIVO:

- a)- regionalizar a política agrícola-agrária, sob a ótica da transição ecológica;
- b)-graduar incentivos fiscais e financeiros condicionais à transição;
- c)-mover a estrutura agrária às exigências da produção, da posse e uso da terra, convergentes à economia ecológica;
- d)-estabelecer prêmios e sanções explícitas na política agrícola à totalidade da estrutura produtiva, condicionais à transição ecológica;
- e)-exercer papel auxiliar à gestão fundiária, aplicando princípios da função sócio-ambiental da propriedade (Art.186-CF) às situações limite de degradação ambiental.

